



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

152

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 77-46.1999.8.17.0470 (0274913-3)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: PEDRO HENRIQUE B. REYNALDO ALVES

AGRAVADO: PEDALLE COMERCIAL BICICLETAS LTDA

DEFENSOR PÚBLICO: KAROLINE CANDIDO CARNEIRO

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

RELATOR SUBSTITUTO: JOSÉ VIANA ULISSES FILHO

**EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL QUE TRAMITOU SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ORIGINAL DO INCISO I DO ART. 174 DO CTN. SOMENTE A CITAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO DETINHA O CONDÃO DE INTERROMPER O PRAZO PRESCRICIONAL. AÇÃO PROPOSTA EM 1999. CITAÇÃO (POR EDITAL) DO EXECUTADO OCORREU SOMENTE EM 2005, QUANDO JÁ ESTAVA PRESCRITO O DIREITO DE AÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. INCUMBIRIA À FAZENDA PÚBLICA DILIGENCIAR A PROMOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. A Execução fiscal que tramitou sob a égide da redação original do inciso I do art. 174 do CTN, ou seja, antes da redação dada pela Lei Complementar 118/2005. Nesta ocasião, com base no regramento legal, predominava na doutrina e jurisprudência o posicionamento de que apenas a citação pessoal detinha o condão de interromper o prazo prescricional. Com efeito, o despacho determinando a citação, por si só, não era marco interruptivo do quinquídio legal. Neste sentido: (AgRg nos EREsp 1277881/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 15/04/2013)

2. Insta esclarecer que, da análise do presente feito, vê-se que a ação foi proposta em 1999, tendo o magistrado de primeiro grau determinado a citação do executado também em outubro de 1999, sendo que a citação do executado ocorreu somente em 2005.

3. Neste contexto, entendo que restou configurada a prescrição da ação. É que cumpriria ao Estado-credor, diante da ausência de citação, ter sido diligente com seu crédito.

4. Com efeito, cumpre à Fazenda Pública diligenciar sobre seus interesses, posto que a inércia na busca da satisfação de seu crédito releva desinteresse em defender seu direito creditício. É que ao Poder Judiciário não é dado figurar como guardião dos interesses da Fazenda, máxime em razão da necessidade de se conferir tranquilidade e segurança às relações jurídicas.

5. No mais, impende destacar que, não obstante o comando legal determine o impulso oficial do processo (art. 262 do CPC), incumbiria à Fazenda Pública diligenciar a promoção das providências cabíveis. *In casu*, não cuidou o exeqüente em provocar o Judiciário para que desse andamento ao feito, o que afasta a aplicação da súmula 106 do STJ, razão pela qual operou-se a prescrição.

6. De tal arte, vislumbro que a sentença em exame não comporta qualquer reforma, haja vista ter sido proferida dentro dos ditames legais e processuais atinentes ao caso presente, além de estar em consonância com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal e do STJ.

7. Agravo a que se nega provimento. Decisão unânime.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

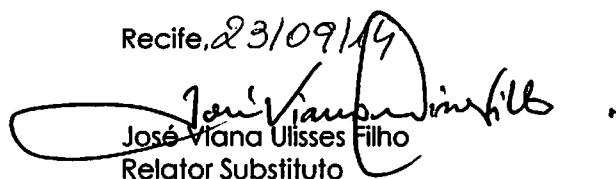
*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **AGRAVO NA APELAÇÃO Nº. 274913-3**, em que figuram como agravante **ESTADO DE PERNAMBUCO** e como agravado **PEDALLE COMERCIAL BICICLETAS LTDA.**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao agravo interposto, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 23/09/19

  
José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

153,

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 77-46.1999.8.17.0470 (0274913-3)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: PEDRO HENRIQUE B. REYNALDO ALVES

AGRAVADO: PEDALLE COMERCIAL BICICLETAS LTDA

DEFENSOR PÚBLICO: KAROLINE CANDIDO CARNEIRO

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

RELATOR SUBSTITUTO: JOSÉ VIANA ULISSES FILHO

**RELATÓRIO**

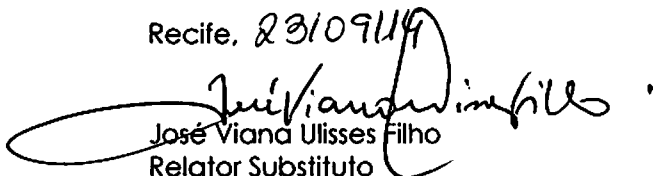
Cuido de agravo (fls. 134/145) interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão monocrática (fls. 100/101) que negou provimento à apelação interposta pelo Estado de Pernambuco

O agravante alega, em apertada síntese, a inoccorrência de prescrição em decorrência da ausência de inércia da Fazenda Pública Estadual. Ao final, requereu a reforma da decisão agravada.

Não acolhendo a insurgência do ora recorrente, por razões adiante demonstradas, esta Relatoria coloca o processo em mesa para julgamento.

É o relatório. Feito independentemente de pauta.

Recife, 23/09/11

  
José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

154

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 77-46.1999.8.17.0470 (0274913-3)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: PEDRO HENRIQUE B. REYNALDO ALVES

AGRAVADO: PEDALLE COMERCIAL BICICLETAS LTDA

DEFENSOR PÚBLICO: KAROLINE CANDIDO CARNEIRO

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

RELATOR SUBSTITUTO: JOSÉ VIANA ULISSES FILHO

**VOTO**

A ação foi proposta em 1999 (fls. 2), sob a égide da redação original do art. 174 do CTN (apenas a citação detinha o condão de interromper o prazo prescricional), e a citação do executado (por edital, e não pessoal) ocorreu somente em 2005 (fl. 19), ou seja, mais de cinco anos após o ajuizamento da ação e da constituição definitiva do crédito tributário. Assim, há de ser reconhecida a prescrição do direito de ação.

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão monocrática proferida às fls. 100/101, por seus próprios fundamentos, razão pela qual transcrevo, abaixo, o trecho contendo as razões do julgado, para que seja parte integrante da presente decisão dos autos da Apelação:

“Cuido de apelação interposta pelo Estado de Pernambuco contra sentença (fls. 69/70) proferida pelo MM Juiz da 2ª Vara da Comarca de Carpina – PE que, nos autos da ação de execução fiscal, reconheceu a prescrição do crédito tributário elencado na Certidão da Dívida Ativa, tendo em vista que a ação foi ajuizada em outubro de 1999 e o executado foi citado por edital, cuja publicação se deu somente em maio de 2005.

Contra esta decisão, o Estado de Pernambuco interpôs a presente apelação alegando em síntese, a ausência de inércia da Fazenda Pública e a impossibilidade de decretação de ofício da prescrição. Ao final, requereu a reforma da sentença apelada (fls. 75/85).

A Pedalle Comercial Bicicletas apresentou contrarrazões pugnando pela manutenção da sentença apelada.

É o essencial a relatar. Decido.

De proêmio, cumpre salientar que a prescrição intercorrente não se confunde com a prescrição da ação. Nas palavras de Ernesto José Toniolo, a expressão intercorrente é empregada em execução fiscal para designar situação na qual a prescrição, anteriormente interrompida, volta a correr no curso do processo, nele completando o fluxo de seu prazo. Não deve ser confundida, portanto, com a prescrição iniciada antes do ajuizamento da demanda e decretada pelo juiz no curso da execução fiscal.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> TONIOLO, Ernesto José. “A Prescrição Intercorrente na Execução Fiscal. Editora Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 2007, p.102.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

O feito tramitou sob a égide da redação original do inciso I do art. 174 do CTN, ou seja, antes da redação dada pela Lei Complementar 118/2005. Nesta ocasião, com base no regramento legal, predominava na doutrina e jurisprudência o posicionamento de que apenas a citação pessoal detinha o condão de interromper o prazo prescricional. Com efeito, o despacho determinando a citação, por si só, não era marco interruptivo do quinquídio legal. Neste sentido, cito a seguinte decisão do STJ:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO DO EXECUTADO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUE RETROAGE À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO. LC 118/05. APLICAÇÃO AOS CASOS EM QUE O DESPACHO É EXARADO APÓS SUA ENTRADA EM VIGOR. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL COM JULGADOS DA MESMA TURMA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, a redação original dispunha que a prescrição seria interrompida com a citação do devedor. Com a edição da LC 118/05, que modificou o inciso referido, o lapso prescricional passou a ser interrompido pelo "despacho que ordena a citação". A nova regra incide nos casos em que a data do despacho ordinatório da citação seja posterior à sua entrada em vigor. Precedente: AgRg no Resp 1.265.047/PR, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 9/10/12.

2. Em recurso especial representativo da controvérsia, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que, iniciado o prazo prescricional com a constituição do crédito tributário, a interrupção da prescrição pela citação válida, na redação original do art. 174, I, do CTN, ou pelo despacho que a ordena, conforme a modificação introduzida pela Lei Complementar 118/05, retroage à data do ajuizamento da ação, conforme determina o art. 219, § 1º, do CPC (Resp 1.120.295/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 21/5/10).

(...)

(AgRg nos EREsp 1277881/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 15/04/2013)

Insta esclarecer que, da análise do presente feito, vê-se que a ação foi proposta em 1999, tendo o magistrado de primeiro grau determinado a citação do executado também em outubro de 1999, sendo que a citação do executado ocorreu somente em 2005.

Neste contexto, entendo que restou configurada a prescrição da ação. É que cumpriria ao Estado-credor, diante da ausência de citação, ter sido diligente com seu crédito.

Com efeito, cumpre à Fazenda Pública diligenciar sobre seus interesses, posto que a inércia na busca da satisfação de seu crédito releva desinteresse em defender seu direito creditício. É que ao Poder Judiciário não é dado figurar como guardião dos interesses da Fazenda, máxime em razão da necessidade de se conferir tranquilidade e segurança às relações jurídicas.

No mais, impende destacar que, não obstante o comando legal determine o impulso oficial do processo (art. 262<sup>2</sup> do CPC), incumbiria à Fazenda Pública diligenciar a promoção das providências cabíveis. In casu, não cuidou o exequente em provocar o Judiciário para que desse andamento ao feito, o que afasta a aplicação da súmula 106<sup>3</sup> do STJ, razão pela qual operou-se a prescrição.

Assim, se considerarmos o termo inicial do quinquídio legal a data do ajuizamento da ação de execução, de outubro de 1999 (já que nessa data, certamente já tinha havido a constituição definitiva do crédito tributário), e não

<sup>2</sup>Art. 262. O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.

<sup>3</sup> Súmula nº 106: Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

155.

tendo ocorrido nenhuma das causas interruptivas elencadas no parágrafo único do art. 174 do CTN, o direito de a Fazenda Pública obter, mediante a competente execução fiscal, a satisfação do crédito tributário findou-se, no mínimo, em outubro de 2004.

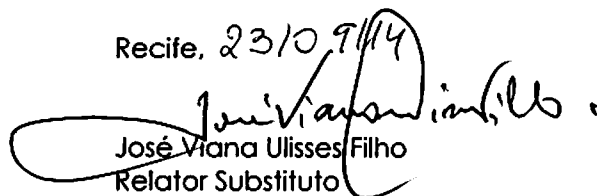
De tal arte, vislumbro que a sentença em exame não comporta qualquer reforma, haja vista ter sido proferida dentro dos ditames legais e processuais atinentes ao caso presente, além de estar em consonância com a jurisprudência dominante deste Egrégio Tribunal e do STJ.

Com essas considerações, **NEGO SEGUIMENTO** à apelação e, em consequência, mantenho a decisão apelada, o que faço nos termos do artigo 557 do CPC, uma vez que se trata de matéria já pacífica com jurisprudência dominante neste Tribunal."

Do exposto, dada a regularidade da decisão proferida, estando a decisão em plena conformidade com os ditames legais, meu voto é pelo não provimento do presente recurso de agravo, ratificando os termos da decisão ora recorrida.

É como voto.

Recife, 23/09/14

  
José Viana Ulisses Filho  
Relator Substituto